

Demonstrações Contábeis

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO

ESTADO DE SÃO PAULO

31 de dezembro de 2020 e 2019

Com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📷 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

São Paulo, 24 de agosto de 2021

Aos conselheiros e administradores da

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 do **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Atenciosamente

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📱 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 4-6

Anexos:

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado do período

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📷 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ. 61.669.966/0001-00

“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE”**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO** que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2.020**, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade, em **31 de dezembro de 2.020**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

A entidade não possui controle físico analítico sobre os bens integrantes do Ativo Imobilizado, devido a esse fato, a depreciação está sendo calculada sobre os saldos contábeis. Conseqüentemente, também não foram realizados os testes de revisão da vida útil econômica desses bens, conforme os itens 50 e 51 da Resolução 1.177/09 – NBC TG 27 do Conselho Federal de Contabilidade e a verificação de possíveis reduções ao valor recuperável desses ativos que possam ter ocorrido, conforme Resolução 1.292/10 – NBC TG 01 do Conselho Federal de Contabilidade. Sendo assim não nos foi possível determinar a existência de possíveis distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios ético relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📱 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Outros Assuntos

Ênfase

Doações e Contribuições: A entidade por não ter fins lucrativos, tem parte de suas receitas provenientes de doações e contribuições de terceiros. Como estas doações e contribuições de terceiros são espontâneas, só podem ser identificadas se registradas contabilmente e por essa razão, nossas verificações dessas receitas ficaram restritas, exclusivamente aos valores constantes dos registros contábeis.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📷 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 24 de agosto de 2.021

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819 Assinado de forma digital por ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2021.08.25 17:47:36 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador CRC.: 1SP 187.003/ O- 0

CNAI-SP-1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 8/25/2021 4:47:06 PM -03:00

VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: A34D1-07864-9AFBD-93E53

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/A34D1-07864-9AFBD-93E53>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2020

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração do Resultado do Exercício;
3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
4. Demonstração do Fluxo de Caixa;
5. Notas explicativas.

1 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
	N.E.	2020	2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa Geral	4.1	9.804	17.940
Bancos e Aplicações	4.1/4.2	9.381.448	11.656.472
Créditos com Subvenções	4.3	4.446.834	7.256.744
Créditos com Clientes	4.3	21.663	
Outros Créditos	4.3	277.564	
Estoques	4.6	337.373	295.389
Total do Ativo Circulante		14.474.686	19.226.545
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7.0	41.407.881	41.656.171
Imobilizações em Andamento	7.1	1.754.532	
Total do Ativo Não Circulante		43.162.413	41.656.171
TOTAL DO ATIVO		57.637.099	60.882.716
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		210.418	207.105
Obrigações sociais e Trabalhistas		527.866	408.879
Obrigações Tributárias		3.320	16.761
Outras Contas a Pagar	8.0	2.987.761	2.674.101
Provisões para Contingências	8.1	122.758	121.039
Parcelamentos		235.421	
Total do Passivo Circulante		4.087.544	3.427.885
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcelamentos a L. Prazo			295.023
Convênios a Realizar a L. Prazo	9	1.783.480	4.239.745
Total do Passivo Não Circulante		1.783.480	4.534.768
Patrimônio Social			
Patrimônio Social		20.889.102	15.017.362
Déficit do Exercício	14.0	(1.073.407)	(326.233)
Superávit do Exercício			5.108.575
Ajuste do Exercício Anterior		(80.581)	408.397
Ajuste de Avaliação Patrimonial		32.030.961	32.711.961
Total do Patrimônio Social	13.0	51.766.075	52.920.062
TOTAL DO PASSIVO		57.637.099	60.882.716

As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis

2 - DRE

D. R. E. (DESCRIPTIVO)	N.E.	2020	2019
Vendas - livraria		352.246	1.315.758
Vendas - lanchonete/Café		162.694	918.664
Vendas - Bazar Sede MP		187.576	836.023
Receitas de Vendas Ordinárias Não Vinculadas		702.515	3.070.445
ICMS s/Vendas		(13.390)	(69.197)
(-)Deduções s/Receitas de Venda		(13.390)	(69.197)
CMV - Livros		(169.924)	(559.257)
CMV - Café		(78.518)	(330.867)
Custos das Mercadorias Vendidas		(248.442)	(890.124)
Contribuições de Associados	10	1.374.037	849.218
Outras Receitas Operacionais		17.002	451.167
Outras Receitas Ordinárias não Vinculadas		1.391.039	1.300.385
Administrativas		(2.496.002)	(3.470.576)
Despesas Gerais não Vinculadas		(2.496.002)	(3.470.576)
Superávit/ (Déficit) Ordinário não Vinculado		(664.280)	(59.067)
Doações Recebidas	10	979.056	987.393
Nota Fiscal Paulista		96.189	31.977
Receitas de Aluguéis		429.152	925.835
Vendas de Bazar - CTFC		504.514	508.180
Eventos Benéficos		125.401	520.875
Receitas Provenientes de Ativ. da Área Social		2.134.311	2.974.260
Contribuições até 70% - Lar Batuíra		59.574	52.098
Outras Receitas - CTFC		23.341	0
Receitas - Lar Batuíra não pagantes/gratuitos		82.915	52.098
Receitas Ordinárias Vinc. à Assis. Social - Geral		2.217.226	3.026.358
Recursos Humanos Assis. Social		(982.870)	(1.260.099)
Alimentação/Medicamentos de Assistido		(33.927)	(16.702)
Outras Despesas		(20.449)	(498.452)
Serviços de Comunicação e Infraestrutura		(443.995)	(410.254)
Despesas de Depreciação		(143.773)	(159.290)
Gastos com Condomínio		(70.769)	(89.606)
Despesas Tributárias		(2.030)	(2.842)
Serviços Prestados PJ		(140.167)	(69.818)
(-) Gastos dos Serv. Prest. Assis. Social - Geral		(1.837.981)	(2.507.063)
Recursos Humanos		(795.856)	(694.086)
Alimentos/Medicamentos		(158.430)	(19.532)
Serviços Prestados PJ		(162.128)	(53.527)
(-) Gastos Serv. Prest. Assis. Social - Lar Batuíra		(1.116.414)	(767.145)
(-) Gastos Serv. Prest. Assis. Social		(2.954.395)	(3.274.208)
Superávit/Déficit Operac. Ativ. de Assis. Social		(737.169)	(247.849)

As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis

Receita com Subvenções	9	2.428.874	3.281.061
Receita Provenientes de Ativ. Educacional		2.428.874	3.281.061
Recursos Humanos Ativ. Educacional		(2.130.695)	(2.302.663)
Serviços Prestados PJ		(285.666)	(141.963)
Outras Despesas		(106.701)	(555.022)
Despesas de Depreciação		(30.656)	(30.657)
(-) Gastos de Serviços Prestados em Educacional		(2.553.717)	(3.030.305)
Superávit/Déficit Operac. das Ativ. Educacionais		(124.844)	250.756
(-) INSS - Quota Patronal devida (nota 12)	12.0	711.962	917.273
(-) Isenção COFINS/PIS (nota 12)	12.0	527.910	921.414
Benefícios Sociais		1.239.872	1.838.687
Despesas Financeiras		(48.629)	(46.696)
Receitas Financeiras		295.803	77.961
(-) Efeitos Financeiros líquidos		247.174	31.265
OUTRAS RECEITAS		205.711	394.606
OUTRAS RECEITAS		205.711	394.606
Ganho na Venda de Imobilizado		0	4.412.631
Lucro na Venda de Imobilizado		0	4.412.631
Superávit/Déficit antes da gratuidade e renúncia fiscal		166.465	6.621.029
(-) INSS - Quota Patronal devida (nota 12)	12.0	(711.962)	(917.273)
(-) Isenção COFINS/PIS (nota 12)	12.0	(527.910)	(921.414)
Renúncia Fiscal		(1.239.872)	(1.838.687)
Superávit/ Déficit Líquido do Exercício		(1.073.407)	4.782.342

As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis

3 - DMPL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
COMPONENTES	Patrimônio Social	Superavit/(Deficit) Exerc. Anterior	Ajuste de Aval. Patrim.	Superávit/ Déficit do Exercício	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.719.645	(426.196)	33.435.875	0	47.729.324
Ajuste de Exercício anterior		408.397			408.397
Superávit/do Exercício 2019				5.108.575	5.108.575
Déficit do Exercício 2019				(326.233)	(326.233)
Realização da Depreciação de AVP 2019		723.913	(723.913)		0
Incorporação ao PL - Reserva de Reavaliação 2019	723.913	(723.913)			0
Incorporação ao PL - Deficit do Exercício 2018	(426.196)	426.196			0
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.017.362	408.397	32.711.962	4.782.342	52.920.063
Ajuste de Exercício anterior		(80.581)			(80.581)
Déficit do Exercício 2020				(1.073.407)	(1.073.407)
Realização da Depreciação de AVP 2020	681.001		(681.001)		0
Incorporação ao PL - Reserva de Reavaliação					0
Incorporação ao PL - Deficit do Exercício 2019	5.190.739	(408.397)		(4.782.342)	0
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.889.102	(80.581)	32.030.961	(1.073.407)	51.766.075

As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis

4 – DFC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	- 1.073.407	4.782.342
Ajuste do Exercício Anterior	- 80.581	408.397
Depreciação e Amortização	703.528	744.695
Resultado das Atividades Operacionais	- 450.460	5.935.434
Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Contas a Receber	2.788.247	- 6.913.299
Outros Créditos	- 277.564	11.277
Estoques	- 41.984	1.482
Fornecedores	3.313	- 539.096
Obrigações Sociais/Trabalhistas	118.987	- 487.466
Obrigações Tributárias	- 13.441	- 176.804
Outras Contas a Pagar	- 2.202.206	7.196.396
Provisão para Contingências	1.719	- 2.325
Disponibilidades Líquidas Consumidas pelas Atividades Operacionais	377.070	- 909.835
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Disponibilidades sobre ganho na venda imobilizado		
Variação de Ativo Imobilizado	- 2.209.770	5.971.103
Disponibilidades Líquidas Consumidas nas Atividades Investimentos	- 2.209.770	5.971.103
	-	-
Disponibilidades Líquidas Consumidas no exercício	- 2.283.159	10.996.702
Demonstração de Aumento nas disponibilidades		
No início do Exercício	11.674.411	677.709
No fim do Exercício	9.391.252	11.674.411
Aumento/Diminuição nas disponibilidades	- 2.283.159	10.996.702

As Notas Explicativas são Parte Integrante das demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEESP foi constituída sob a forma de Sociedade Civil, religiosa, filantrópica e cultural sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como finalidade principal as seguintes atividades:

- I) o ensino, o estudo, a prática e a difusão do Espiritismo no seu tríplice aspecto – religioso filosófico e científico – de conformidade com as obras da Codificação de Allan Kardec;
- II) o progresso espiritual do homem, objetivando a solução dos problemas humanos com fundamento no Evangelho de Jesus Cristo à Luz da Doutrina Espírita;
- III) a criação, manutenção e orientação de instituições e serviços assistenciais de amparo e reajustamento de necessitados em geral, sem qualquer distinção quanto aos assistidos.

A FEDERAÇÃO pratica a filantropia em cadeia através de suas casas mantidas conforme descrição abaixo:

- Casa Transitória Fabiano de Cristo CNPJ: 61.669.966/0002-91.
- Casa do Caminho CNPJ: 61.669.966/0007-04,
- Centro de Convívio CNPJ: 61.669.966/0008-87,
- Santo Amaro: CNPJ 61.669.966/0003-72.

Em atendimento ao estabelecido na Lei 12.101/2009 (alterada pela Lei 12.868/2013 e Decreto 8.242/201), em seu Artigo 3º, Inciso II, que trata da destinação de seu patrimônio em caso de dissolução, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE SÃO PAULO apresenta em seu Estatuto, no Título V, Capítulo I – Do Patrimônio, Artigo 98 o seguinte texto: “Em caso de dissolução da Federação, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma ou mais entidades Espíritas, legalmente constituídas com sede e atividade no país, registradas nos órgãos públicos competentes do Município, do Estado e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), desde que comprometidas com as finalidades previstas nos itens I, II e III do Artigo 2º deste Estatuto ou a Entidade Pública”.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas em reunião de Diretoria.

3. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

A entidade realizou no exercício de 2010 uma avaliação de seus bens Imóveis (Prédios e Edifícios) em conformidade com o disposto no ICPC – 10 Interpretações Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 37 e 43 os quais esclarecem que está permitido às empresas trazerem certos itens do seu ativo imobilizado a valor justo utilizando este valor como novo custo atribuído. O novo valor é tratado como se fosse o custo do bem na data de transição, que será depreciado prospectivamente ao longo de sua vida útil. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial

(deemed cost) está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8). Com esta avaliação o valor justo dos Imóveis foi admitido como custo atribuído. O novo valor é tratado como se fosse custo do bem na data de transição e será depreciado ao longo de sua vida útil.

A avaliação foi realizada por empresa especializada, a qual emitiu laudo de avaliação contendo a vida útil remanescente dos bens e o valor residual de forma que a partir do laudo estabelecemos novo tempo de vida útil e taxa de depreciação condizente.

O montante do Ajuste de Avaliação Patrimonial por conta da avaliação dos ativos a valor justo perfaz um montante de R\$ 39.258.819 (Trinta e nove milhões duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e dezenove reais). Anualmente se registra nas contas patrimoniais a realização do ajuste através da depreciação das contas do imobilizado.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Os saldos do exercício de 2020 demonstrado comparativamente com 2019 estão apresentados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil para aquele período.

4.1 – Caixa Geral

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

Abaixo apresentamos a composição do saldo em 31/12/2020:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Geral	9.804	17.940
Bancos C/Movimento	642	260.419
Aplicações Financeiras/Poupança	9.380.806	11.646.471
TOTAIS	9.391.252	11.674.411

4.2) Instrumentos Financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

4.3) Contas a Receber

As contas a receber estão apresentadas sem o ajuste a valor presente, o qual não foi calculado pela administração por julgar o saldo como valor não relevante se comparado com o total do Ativo.

O saldo da rubrica de Contas a receber em 31/12/2020 e 31/12/2019 está assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Subvenções	4.446.834	6.875.707
Clientes	21.663	381.037
Demais Contas a Receber	277.564	
TOTAIS	4.746.061	7.256.744

4.4) CONVENIOS A RECEBER (RESOL. CFC No. 1305/10 (NBCTG 07))

São recursos financeiros provenientes de Convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução 1305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC No. 1409/12, que aprovou a ITG 2002.

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no decorrer do período tem as seguintes subvenções à receber do Poder Público Municipal:

CRECHE MEIMEI – Termo de Colaboração nº 08/18, firmado em 11/01/2018, validade 11/01/2018 à 11/01/2020, no valor total de R\$ 1.761.230,50, e Termo de Aditamento nº 03, firmado em 27/12/2019, Prorrogação em 02(dois) anos, o prazo originalmente fixado no Termo de Colaboração 08/18 para 11/01/2020 à 11/01/2022 e alteração do valor para R\$ 3.882.470,23.

CRECHE BEZERRA DE MENEZES - Termo de Colaboração nº 613/2017, firmado em 11/12/2017, validade 12/2017 à 12/2022 – 05(cinco) anos, valor total de R\$ 4.213.144,00.

CRECHE FABIANO DE CRISTO - Termo de Colaboração nº 1229/2017, firmado em 29/12/2017, validade 12/2017 à 12/2022 – 05(cinco) anos, valor total de R\$ 3.668.813,20.

SUBVENÇÕES	CRECHES	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
PREF. MUNICIPAL DE S. P.	CRECHE BEZERRA DE MENEZES	842.628,80	987.137,29
PREF. MUNICIPAL DE S. P.	CRECHE FABIANO DE CRISTO	733.762,64	796.343,03
PREF. MUNICIPAL DE S. J. C.	CRECHE MEIMEI	1.086.961,95	0,00
TOTAL		2.663.353,39	1.783.480,32

4.5) Prêmios de Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

4.6) Estoques

Os estoques da entidade estavam assim apresentados em 31/12/2020:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Café	3.289	9.258
Doações/Brindes		17.286
Livraria	334.084	268.845
TOTAIS	337.373	295.389

5. APROPRIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS:

As despesas e receitas estão sendo apropriadas pelo regime de competência.

6. DEMAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- a. Classificam-se no **Circulante**, os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com vencimentos até o encerramento do exercício seguinte.
- b. No **Ativo Não Circulante** são registrados os Ativos realizáveis a longo prazo, os Investimentos e os ativos imobilizados. Consistem de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.
- c. **Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- d. **Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido - São registrados por valores históricos contraídos, vencíveis em curto prazo e atualizados monetariamente.
- e. **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

- f. **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- g. **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- h. **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

7. IMOBILIZADO: O imobilizado está constituído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	% Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		30.141.712	30.245.292
Edifícios	2% a 6,67%	16.201.960	16.176.380
Ap. Ar Condicionado	10 %	17.205	17.205
Equipamento de. Vídeo e Som	10%	233.746	102.828
Equipamentos de informática	20%	333.547	212.452
Instalações	10%	70.617	70.617
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	10%	497.036	479.634
Móveis e Utensílios	10%	875.630	611.600
Aparelhos de Diversão	10%	32.508	32.508
Biblioteca	10%	173.616	173.616
Veículos	20%	534.549	534.549
VALOR ATUALIZADO		49.112.126	48.656.681
(-) Depreciação Acumulada		(7.704.245)	(7.000.717)
VALOR RESIDUAL		41.407.881	41.656.171

A entidade registrou em 31 de dezembro de 2010, mediante laudo de avaliação emitido por empresa especializada Padrão Consultoria, um aumento por reavaliação em seus ativos permitido pelas normas brasileiras de contabilidade na adoção inicial de IFRS/PME. O valor da reavaliação nos Imóveis da entidade totalizou R\$ 51.657.590 (cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e noventa reais). As taxas de depreciação dos Edifícios foram calculadas de acordo com seu tempo de vida útil, sendo assim não temos como individualizar os bens. A partir do exercício de 2011 a entidade registrou as despesas de depreciação dos valores reavaliados ao valor justo em 31/12/2010.

Adições e Baixas no ano de 2020 - A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

BENS	AQUISIÇÃO	BAIXAS
Equipamentos Vídeo/Som	130.918	
Equipamentos de Informática	121.095	
Maquinas e Equipamentos	17.402	
Moveis e Utensílios	264.030	
Terreno		78.000
TOTAL	533.445	78.000

7.1- OBRAS EM ANDAMENTO

Obras em Andamento Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial. Em 2020 totalizamos o valor de R\$ 1.754.531,92 em Obras em Andamento.

8. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica de Contas a pagar em 31/12/2020 e 31/12/2019 está assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CONTAS DE CONCESSIONÁRIAS	27.546	0
PREMIOS DE SEGUROS	22.686	0
GASTOS COM OBRAS	195.267	0
DEPÓSITO FIANÇA	26.650	12.050
PROVISÕES SOBRE ALUGUEL	52.259	3.381
CONVÊNIOS A REALIZAR - CURTO PRAZO	2.663.353	2.635.962
TOTAIS	2.987.761	2.651.394

8.1) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS (RESOLUÇÃO CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC Nº 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, no qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

A entidade possui reclamações trabalhistas e cíveis em andamento judicial. A perda estimada dos processos classificados como sendo de risco provável foi provisionada no Passivo Circulante da Entidade e está no montante de R\$ 122.758. De acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, em função da expectativa de desfecho dos processos, não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados.

As contingências possíveis, no montante de R\$ 122.758 estão apresentadas de acordo com os critérios dos assessores jurídicos da entidade.

Contingências Cíveis: O saldo de contingências cíveis possíveis totaliza em 31/12/2020 o montante de R\$ 69.969.

Contingências Trabalhistas: O saldo de contingências trabalhistas possíveis totaliza em 31/12/2020 o montante de R\$52.789.

9. CONVÊNIOS RECEBIDOS (RESOL. CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07))

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade mantém os seguintes convênios com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo recebido de ambos o montante abaixo, no período de 2020 e 2019:

Centro de Convívio São José dos Campos		
CONVENIOS - PMS.J.CAMPOS	31/12/2020	31/12/2019
Convênio CECOI 29.103/13	1.059.571	910.554
TOTAL	1.059.571	910.554
Casa Transitória Fabiano de Cristo		
CONVENIOS - PMSP	31/12/2020	31/12/2019
Convênio 145/SAS-SME/2002- Creche Fabiano de Cristo	671.182	852.139
Convenio Creche Bezerra de Menezes	698.120	1.420.641
TOTAL	1.369.302	2.272.780

Os recursos de convênio são submetidos a prestações de contas mensais, estando a Entidade em dia com suas obrigações junto aos órgãos convenientes. Estas receitas são contabilizadas como recursos da área de educação.

10. CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES

De acordo com a Resolução CFC Nº 1409/12 Conselho Federal de Contabilidade em seu item 27, letra “f”, no exercício de 2020 a Entidade teve as seguintes doações com restrição ou vinculação.

No exercício social findo em 31/12/2020, a entidade recebeu em doação e contribuições de associados o montante de R\$2.353.093 de diversas pessoas físicas e jurídicas os quais figuram como Receitas de Doações e Mantenedores Casa Transitórias.

Contribuições e Doações	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições de Associados	1.374.037	849.218
Doações Recebidas Vinculadas a Assistência Social	979.056	987.393
TOTAL	2.353.093	1.836.611

10.1) PROJETOS REALIZADOS

A entidade no decorrer do ano de 2020, realizou vários projetos e ações em combate a Pandemia, como exemplo, a distribuição de cestas básicas à população em situação de vulnerabilidade social, nas unidades sub-sedes Casa Transitória Fabiano de Cristo, Casa do Caminho e Santo Amaro, bem como, a realização de atividades que antes eram realizadas de forma presencial, passou a ser realizada de forma virtual, através de mídias digitais.

11. DEMONSTRATIVO DAS GRATUIDADES

A aplicação dos recursos em Gratuitades atendeu o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendem as exigências estabelecidas em lei. A Lei nº. 8.212 de 24/07/91 - Lei do Custeio da Previdência Social, em seu Art. 55, a Lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14.

A Instituição no atendimento aos seus objetivos aplicou em Gratuitades no exercício de 2020 o montante de R\$ 1.679.616 (R\$ 1.874.675 em 2019) (a).

(a). Excluídos as receitas e gastos com convênios públicos.

12. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

Está sendo demonstrado a seguir o valor relativo às isenções previdenciárias e contribuições sociais usufruídas durante o exercício de 2020:

	2020	2019
INSS COTA PATRONAL	711.962	917.273
COFINS (Lucro Real) 7,60%	433.742	757.054
PIS (Lucro Real) 1,65%	94.168	164.360
TOTAL	1.239.872	1.838.687

NOTA 12.1 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 12.2 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 12.3 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º . do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: ♦ a Instituição é regida pela Constituição Federal a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; ♦ não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); ♦ não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 12.4 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). 9 O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil

(Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 12.5 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14).

NOTA 12.6 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: ♦ a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; ♦ a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida); ♦ existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é dispensada de pagar o tributo; ♦ há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 12.7 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma entidade beneficente de assistência social e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14), cumpri os seguintes requisitos: ESTATUTÁRIOS ♦ não percebem a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; ♦ aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; ♦ não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; ♦ atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); ♦ tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas; ♦ consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No.

8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07. OPERACIONAIS E CONTÁBEIS ♦ possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; ♦ mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; ♦ conserva em boa ordem e digitalizados, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; ♦ cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; ♦ elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 12.8 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS) A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) e Entidade beneficente certificada, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o seu montante.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS
• 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
• RAT/SAT 2%
• TERCEIROS 5,8%
• COFINS 7,6% / PIS 1,65%

NOTA 12.9 – OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO, de Assistencial Social já efetuou o cadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme determina a Resolução CNAS No. 14/2014, Os serviços de assistência social desenvolvidos pela FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07, Resolução do CNAS No. 109/09 e Resolução CNAS No. 14/2014.

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social compreende o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos valores de superávit e diminuído de valores do déficit e ajustes entre contas patrimoniais das casas. Em 31 de dezembro de 2020, a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO apresenta Patrimônio Social de R\$ 51.766.075.

14. SUPERÁVIT/DEFICIT ACUMULADOS

O Déficit do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

No exercício de 2020 a entidade apresentou um Déficit de R\$ 1.073.407.

15. RATEIOS - DRE/ 2020

No exercício de 2020, foram realizados rateios de despesas dos departamentos que atendem à Sede e às Sub sedes, são eles:

- Assessoria Jurídica, auditoria, contabilidade, serviços de informática, sistema de informação (Quadro 1).
- Área de divulgação, área financeira, departamento de Presidência, departamento Vice-Presidência, departamento de doações e prestador de serviços (Quadro 2).

Estes departamentos foram distribuídos para áreas de Assistência Social, educação e religiosa, conforme demonstram os quadros abaixo. Quadro 1:

Departamentos	Funcionários	Asses. Jurídica	Auditoria	Contabilidade	Informática
Totais	145	64.000,00	31.411,53	210.026,67	100.187,01
Creche Bezerra	18	7.944,83	3.899,36	26.072,28	12.437,01
Creche Fabiano	14	6.179,31	3.032,84	20.278,44	9.673,23
CTFC	22	9.710,35	4.765,89	31.866,12	15.200,79
CTFC – LAR LATUIRA	23	10.151,72	4.982,52	33.314,57	15.891,73
SÃO JOSE DOS CAMPOS	30	13.241,38	6.498,94	43.453,79	20.728,35
SANTO AMARO	08	3.531,03	1.733,05	11.587,68	5.527,56
SEDE	23	10.151,72	4.982,52	33.314,57	15.891,73
PRESIDENCIA	01	441,38	216,63	1.448,46	690,94
DIVULGAÇÃO	02	882,76	433,26	2.896,92	1.381,89
FINANCEIRO	02	882,76	433,26	2.896,92	1.381,89
MOTORISTAS	02	882,76	433,26	2.896,92	1.381,89
TOTAIS	145	64.000,00	31.411,53	210.026,67	100.187,01

ÁREA	SERV. PRESTADOS
Assistência Social	83.922,47
Assistência Social Lar Bатуíra	64.340,54
Educação	173.439,76
Religiosa	83.922,44

Todos estes departamentos foram distribuídos para áreas de Assistência Social, educação e religiosa, tendo como base do rateio a folha de pagamento, o qual representa o gasto mais relevante. Quadro 2:

Meses	Financeiro	Divulgação	Presidência	Motorista	Prestador p.f.	Total
JAN/20	7.688,63	5.095,69	4.869,15	11.616,45	4.000,00	33.269,92
FEV/20	7.903,82	6.285,20	4.621,10	12.303,64	4.500,00	35.613,76
MAR/20	8.458,99	6.595,82	4.924,76	9.570,80	4.500,00	34.050,37
ABR/20	7.980,93	5.876,64	4.926,60	8.773,69	4.500,00	32.057,86
MAI/20	7.164,37	4.749,04	4.392,89	7.493,01	4.500,00	28.299,31
JUN/20	7.106,76	4.626,92	4.463,32	7.587,48	4.500,00	28.284,48
JUL/20	6.938,07	5.465,68	4.463,32	8.080,52		24.947,59
AGO/20	7.029,28	5.324,79	4.382,05	8.452,18	3.375,00	28.563,30
SET/20	5.447,54	5.111,63	4.382,05	8.567,67	3.375,00	26.883,89
OUT/20	5.260,94	5.080,45	4.382,05	8.576,39	3.375,00	26.674,83
NOV/20	5.376,99	5.421,96	4.382,05	8.539,79	3.375,00	27.095,79
DEZ/20	5.529,99	5.453,65	4.382,05	8.700,40	3.375,00	27.441,09
13º/20	4.603,11	4.547,90	4.395,03	7.290,14		20.836,18
TOTAIS	86.489,42	69.635,37	58.966,42	115.552,16	43.375,00	374.018,37

ÁREA	Nº FUNC	PERCENTUAL	VALOR
Assistência Social	030	24,59 %	91.971,73
Assistência Social Lar Bатуíra	023	18,85 %	70.511,66
Educação	062	50,82 %	190.074,91
Religiosa	007	05,74 %	21.460,07
TOTAL	122	100,00 %	374.018,37

16. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC No 1330/11 (NBC ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

17. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC No.1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC No. 1296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

18. IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELACIONADO A PANDEMIA DE CORONAVIRUS (COVID-19)

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os

casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Corona vírus, tipo semelhante ao da Síndrome **Respiratória** Aguda Grave (Sars). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo.

A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Corona vírus (COVID19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir: _ CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; _ CPC 24 – Evento Subsequente _ CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; _ CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e _ CPC 48 – Instrumentos financeiros; A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2.020.

ROBERTO WATANABE

Presidente

CPF 679.343.748-87

MÔNICA DE ALMEIDA SCHMIDT

Contadora

CRC/SP:234.365-0

CPF 064.641.428-36

NOTAS EXPLICATIVAS FEESP 2020 REVISADA pdf

Código do documento cc77b62e-ea33-4898-8232-5a69fc794926



Assinaturas



Roberto Watanabe
presidente@feesp.org.br
Assinou

Roberto Watanabe



MONICA DE ALMEIDA SCHMIDT:06464142836
Certificado Digital
organize@terra.com.br
Assinou

Eventos do documento

27 Aug 2021, 16:27:16

Documento número cc77b62e-ea33-4898-8232-5a69fc794926 **criado** por MONICA DE ALMEIDA SCHMIDT (Conta 548ac7a9-f756-4325-a052-51196f9bd218). Email :organize@terra.com.br. - DATE_ATOM: 2021-08-27T16:27:16-03:00

27 Aug 2021, 16:29:56

Lista de assinatura **iniciada** por MONICA DE ALMEIDA SCHMIDT (Conta 548ac7a9-f756-4325-a052-51196f9bd218). Email: organize@terra.com.br. - DATE_ATOM: 2021-08-27T16:29:56-03:00

27 Aug 2021, 17:07:03

ROBERTO WATANABE **Assinou** - Email: presidente@feesp.org.br - IP: 179.93.196.145 (179-93-196-145.user.vivozap.com.br porta: 64440) - Documento de identificação informado: 679.343.748-87 - DATE_ATOM: 2021-08-27T17:07:03-03:00

27 Aug 2021, 17:37:08

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MONICA DE ALMEIDA SCHMIDT:06464142836 **Assinou**
Email: organize@terra.com.br. IP: 177.198.109.124 (177-198-109-124.user.vivozap.com.br porta: 16192). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC REDE IDEIA RFB,OU=A1,CN=MONICA DE ALMEIDA SCHMIDT:06464142836. - DATE_ATOM: 2021-08-27T17:37:08-03:00

Hash do documento original

(SHA256):97c304647f24a4bcfccd3ba478c78a63fb37cd1ab8c00eedea55efb1c9ca38f0
(SHA512):980f4784016a82c046c6ad1e98bf3c7655343f72b8c3b6a4795802acda5a8b0023ebcf8663e2ca02cf95d2aadcdac5060eb7ede56a2e22e26e6a1bc0737b5a3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign